

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 547.812 - AC (2019/0353006-9)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ALAN DOS SANTOS BARBOSA
ADVOGADO : ALAN DOS SANTOS BARBOSA - AC004373
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE
PACIENTE : MAYLISON DA SILVA CHAGAS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de MAYLISON DA SILVA CHAGAS, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE que indeferiu o pedido liminar no *writ* de origem.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pedido da defesa de prisão domiciliar, ao argumento de que a unidade em que se encontra custodiado o paciente não teria condições de prestar-lhe o tratamento de saúde adequado.

Impetrado *habeas corpus* na origem, foi o pedido liminar indeferido.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, ser portador de doença grave, não dispondo a unidade prisional em que se encontra encarcerado, de condições de prestar-lhe o adequado tratamento médico.

Salienta, ademais, ser pai de uma criança menor de 1 ano e 11 meses, o que, juntamente com o problema de saúde que apresenta, se constitui em fundamento válido para a concessão da prisão domiciliar, nos termos dos arts. 317 e 318, II, III e VI, ambos do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para deferir-se a prisão domiciliar ao paciente.

É o relatório.

DECIDO.

A teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, não se admite a utilização de *habeas corpus* contra decisão que indeferiu a liminar em *writ* impetrado no Tribunal *a quo*, sob pena de indevida supressão de instância.

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, quando evidenciada a presença de decisão teratológica ou desprovida de fundamentação, é possível a mitigação do referido enunciado.

A decisão do Tribunal de origem que indeferiu a liminar foi fundamentada nos seguintes termos (fls. 94-95):

O advogado Alan dos Santos Barbosa impetra *habeas corpus* com pedido de

Superior Tribunal de Justiça

liminar em favor de Maylison da Silva Chagas, dizendo-se amparado na Constituição Federal e no Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da Vara de Execuções Penais da Comarca de Rio Branco, Estado do Acre.

Na Execução de Pena nº 0006471-64.2019.8.01.0001, o paciente cumpre pena de quatorze anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de roubo com resultado morte tentado. O trânsito em julgado da Sentença condenatória ocorreu no dia 27 de maio de 2019. Nos citados autos a Juíza singular indeferiu postulação de prisão domiciliar por ele feita.

Argumenta que possui graves problemas de saúde, necessitando fazer uso frequente de medicamentos e dieta. Afirma que o Presídio não dispõe de condições para o atender. Insurge-se contra a Decisão da Juíza singular, dizendo que além de necessitar de tratamento médico adequado, é pai de uma criança, o que lhe confere o direito a prisão domiciliar.

Postula a obtenção da medida liminar para que lhe seja concedida prisão domiciliar e no mérito, a concessão da Ordem.

Decido:

Não obstante os argumentos expostos pelo paciente na petição inicial, referentes à ausência de fundamentação na Decisão que indeferiu o seu pleito de ser colocado em prisão domiciliar e o seu direito ao benefício, não vislumbro nesta sede a ilegalidade apontada.

A situação descrita na petição inicial, pelo menos em cognição primeira, não configura constrangimento ilegal. Concluo assim, que os pressupostos que autorizam a concessão da liminar requerida não estão presentes, levando-me a indeferi-la.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora, para prestar informações no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, em razão do disposto no artigo 124, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, encaminhando-se cópia desta Decisão, que substituirá o ofício para cumprimento das providências nela determinadas.

Dê-se vista ao Ministério Público.

Publique-se.

No caso, a pretensão de que seja concedido liminarmente o benefício da prisão domiciliar, é questão passível de indeferimento da medida de urgência, em *habeas corpus*, por demandar, inclusive, análise do próprio mérito da impetração, sobretudo no caso em tela, em que afirmado pelo Relator a impossibilidade da antecipação do mérito do *writ* pois não verificado, de plano, o alegado constrangimento ilegal.

Com efeito, o Tribunal de origem, ao indeferir o pedido de liminar, o fez por não verificar de imediato, diante do exame sumário dos elementos que instruem o *writ*, os requisitos necessários à concessão da medida, entendendo que *Não obstante os argumentos expostos pelo paciente na petição inicial*,

Superior Tribunal de Justiça

referentes à ausência de fundamentação na Decisão que indeferiu o seu pleito de ser colocado em prisão domiciliar e o seu direito ao benefício, não vislumbro nesta sede a ilegalidade apontada.

Assim, tendo em vista o exposto na decisão que indeferiu o pedido de liminar, não vejo manifesta ilegalidade apta a autorizar a mitigação da Súmula 691/STF, uma vez ausente flagrante ilegalidade, cabendo ao Tribunal de origem a análise da matéria meritória.

Outrossim, o processamento do presente *writ* implicaria inevitavelmente supressão de instância.

Ante o exposto, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator